

Complexidade, ciência e emancipação humana¹

Em um mundo totalmente pré-determinado, em que o futuro seria uma mera extensão do passado, cabendo à ciência a simples descoberta das leis, inflexíveis, que o regeriam, toda pretensão de liberdade e, portanto, de emancipação baseada na autonomia e na autodeterminação dos seres humanos no seu conjunto, não passaria de uma ilusão. Em um mundo como este, portadora de um pensamento único, a ciência se reduziria, facilmente, a um instrumento de dominação dos seres humanos sobre a natureza e sobre outros seres humanos. De acordo com a concepção positivista de uma ciência infalível, normativa e controladora, portanto, não há emancipação humana possível.

Mas, em um mundo totalmente incerto, em que todo conhecimento seria relativo e que nenhuma realidade poderia ser considerada como verdadeira, tampouco a promoção da emancipação dos seres humanos faria sentido. Se toda verdade fosse relativa, sem que qualquer critério objetivo para a sua distinção em relação a outras verdades possíveis pudesse ser estabelecido, não poderia haver alienação, na medida em que toda interpretação particular da realidade teria um conteúdo equivalente de verdade. A relação entre as ideologias que disputam a hegemonia na sociedade se resumiria, assim, a uma pura correlação de forças, e a procura de qualquer processo cognitivo de dominação subjacente às ideologias hegemônicas não faria sentido. Assim, também no caso de um mundo tal como ele é concebido pelo pós-modernismo, não há emancipação humana possível.

Em um mundo dicotômico, dividido entre uma humanidade arbitrária e mutável e uma natureza pré-determinada e mecânica, também a emancipação é inconcebível. Pois, neste caso, estaria descartado o reconhecimento dos aspectos contingentes aos processos físicos, químicos e biológicos que possibilitam o discernimento (e, portanto, a escolha) de alternativas tecnológicas a partir das quais novas relações sociais podem ser estabelecidas, assim como se tornaria inviável uma análise objetiva dos processos sociais que possibilitasse uma atuação eficaz dos seres humanos sobre as sociedades em que vivem. As concepções epistemológicas vigentes que levam a uma profunda dicotomia entre as Ciências Sociais, dominadas pelo pós-modernismo, e as Ciências Naturais, dominadas pelo positivismo, se constituem, portanto, em um sério obstáculo a atribuição de um papel emancipatório às atividades científicas (inclusive, portanto, às desenvolvidas no campo da Agroecologia).

Apenas em um mundo complexo, determinado, porém aberto, no qual escolha e descoberta são aspectos indissociáveis da atividade científica, que a emancipação humana surge como uma possibilidade. Um mundo em que a ciência, embora falível, prospectiva, e sempre oferecendo um conhecimento aberto a novas possibilidades, pode desempenhar um papel crucial em um processo coletivo de superação da alienação à qual, não apenas as classes populares, mas todos os segmentos sociais estão sujeitos².

Neste mundo complexo as concepções que orientam as ações dos movimentos sociais e as práticas produtivas das categorias de agricultores colocadas à margem do processo de desenvolvimento jamais são totalmente isentas de contradições, inclusive em relação aos próprios objetivos atribuídos a tais ações. Para que a atividade científica possa contribuir efetivamente para a superação de tais contradições (superação esta que será sempre provisória e evolutiva), é imprescindível que os critérios de cientificidade adotados por técnicos e pesquisadores possam ser aplicados com autonomia, a partir de princípios éticos fundamentados em um compromisso intransigente com a verdade. Uma interpretação científica e rigorosa das práticas sociais (o que, aliás, requer a superação de muitos preconceitos comuns entre técnicos e pesquisadores sobre as mesmas) que possibilite uma avaliação precisa dos seus limites e das suas potencialidades é, assim, crucial para que técnicos e pesquisadores possam contribuir de maneira efetiva na busca de alternativas de desenvolvimento pelo conjunto dos atores sociais envolvidos. Tal papel atribuído aos técnicos e pesquisadores contrapõe-se, assim, tanto à visão positivista de que as trajetórias de desenvolvimento devem ser definidas essencialmente pela ciência por meio dos pesquisadores, como à visão pós-moderna de que os técnicos são apenas mediadores de um processo em que não é reconhecida a especificidade do conhecimento científico, atribuindo ao mesmo um estatuto epistemológico equivalente ao de outros tipos de conhecimento, incluindo entre estes o senso comum.

¹Trecho extraído de SILVA NETO, Benedito, **Agroecologia, ciência e emancipação humana**. *Rev. Bras. de Agroecologia*. 8(1): 3-17 (2013.) Acesso: www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/12995/pdf

² Dado que a lógica da dominação depende da existência de concepções ideológicas (alienantes) que são utilizadas pelo dominador para afirmar ter o direito de dominar, ao mesmo tempo em que induzem o dominado a aceitar esse direito do dominador de modo que, nesse processo, dominador e dominado afastam-se (alienam-se) da realidade..